

DESBUROCRATIZAÇÃO DO DIVÓRCIO CONVERSÃO.
PROJETO DE LEI QUE PREVÊ A CONVERSÃO AUTOMÁTICA
DA SEPARAÇÃO JUDICIAL DEFINITIVA EM DIVÓRCIO,
DECRETADA JUDICIALMENTE, APÓS DECORRIDO
O PRAZO LEGAL¹

Maria Isabel Jesus Costa Canellas

Advogada civilista atuante e Professora de Direito Civil na Faculdade
de Direito de Bauru – SP – ITE.

Mestre em Direito pela Instituição Toledo de Ensino e em Letras pela USC – Bauru.

Supervisora Editorial da RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e
Estudos (Divisão Jurídica) da ITE - Bauru.

Presidente do Núcleo Regional do IBDFAM (Bauru - SP).

Pesquisadora-membro do Núcleo de Pesquisa Docente da
Faculdade de Direito de Bauru – ITE.

Membro da equipe dirigente do NIC da ITE –

Núcleo de Iniciação Científica da Instituição Toledo de Ensino.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise crítica de um Projeto de Lei, o qual recebeu o n.º 5.698/2005, de autoria do Deputado Ivo José (PT – MG) na Câmara dos Deputados. Propõe o Projeto de Lei a alteração de dois dispositivos

1 Projeto dispensa nova ação para divórcio após separação. Pauta – 26/9/2005 15h14, *homepage*: <http://intranet.Camara.gov.Br/internet/agencia/comente.asp?pk=75434>, recebida em 3/10/05, 17h45 por *e-mail*: 'lilian@jcnet.com.Br'.

do novo Código Civil brasileiro, prevendo a conversão automática da separação definitiva em divórcio, decretada judicialmente, após decorrido o prazo legal, sem que qualquer das partes tenha manifestado arrependimento durante esse interregno de tempo.

Palavras-chave: Análise crítica, Projeto de Lei, Câmara dos Deputados, de ofício, separação judicial, divórcio, manifestação de arrependimento, espaço de tempo legal.

1. A POSTULAÇÃO CAUSAL DO PROJETO DE LEI

O Projeto de Lei N.º 5.698/2005, do deputado IVO JOSÉ (PT-MG), que institui o divórcio conversão *ex officio*, após decorrido o prazo de um ano, contado este do trânsito em julgado da sentença que houver decretado a separação judicial definitiva, ou da decisão concessiva da medida cautelar de separação de corpos do casal, sem que qualquer das partes tenha manifestado arrependimento durante esse interregno de tempo, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara Federal, em caráter conclusivo.²

A legislação civilista atual, o novo Código Civil de 2002 (Lei 10.406 de 10/01/2002), frustrou a grande expectativa dos operadores do direito de família porque a matéria, eivada de críticas e questionamentos, não sofreu os ajustes exigidos pela evolução doutrinária e jurisprudencial, incidiu em várias incoerências, lacunas na lei e, ainda, retrocedeu em alguns aspectos.³ Além disso, manteve as figuras da separação judicial e do divórcio nos mesmos moldes ultrapassados da lei revogada.

Se aprovado o Projeto de Lei, com certeza dará início a uma avalanche de avanços significativos, correções necessárias, solucionando os impasses provocados pelas lacunas na lei, e no que diz com a temática da separação judicial e do divórcio no Código Civil de 2002.

No entanto, para que se proceda à análise da postulação causal do Projeto de Lei, é necessário relembrar alguns aspectos relevantes, atinentes à matéria. Em primeiro lugar, deve-se partir do novo conceito de família.

Reconhece o estudioso Rodrigo da Cunha Pereira⁴ que, desde as últimas décadas do século passado, a família, perdeu a importância como um núcleo essencialmente econômico e de reprodução onde prepondera a superioridade

2 Tramitação. O PL 5698/05 será analisado em caráter conclusivo. *homepage*:<http://intranet.Camara.gov.Br/internet/agencia/comente.asp?pk=49806>, enviada em 3/10/05, 17h36 por e-mail: 'lilian@jcnet.com.Br'.

3 LEITE, Eduardo de Oliveira. *Direito Civil Aplicado*, v 5: direito de família. São Paulo: RT, 2005, p. 137.

4 A culpa no desenlace conjugal. In *Direito de Família e Ciências Humanas*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000, (Cadernos de Estudos: n. 3), p. 136.

masculina, para tornar-se, antes de tudo, o espaço do companheirismo e do afeto. Igualdade, solidariedade, afeto e amor são os valores nos quais se fundamenta a família moderna. Este momento histórico está vinculado, como se disse, ao declínio do patriarcalismo, que por sua vez vincula-se ao movimento feminista iniciado na década de 60. Os valores morais vêm se alterando nas últimas décadas. A conjugalidade não é mais a mesma prevista no Direito positivo. Os estudiosos do Direito de Família vêm proclamando à exaustão, que o Direito de Família está evoluindo para a desbiologização da paternidade e a legislação mostra a relevância da filiação sócio-afetiva.

Com o rompimento da vida em comum ou do relacionamento íntimo dos conviventes (casados ou não), emerge uma das mais dolorosas formas de perda: a separação. A separação de casais, principalmente dos pais, significa desmontar uma estrutura: de caráter patrimonial, emocional e, por vezes, espiritual; de “status” perante a sociedade, solidão e culpa para alguns, revanchismo para outros etc., instalando-se, freqüentemente, o litígio conjugal.

O processo judicial, seja amigável ou litigioso, geralmente é sustentado em uma situação de desafeto, desamor, cobrança, vingança e até de ódio - quando o casal não está preparado para separar as questões objetivas das subjetivas. Com todo esse borbulhante clima familiar, fácil entender porque a separação e o divórcio, principalmente quando litigiosos, se transformam em um eternizante processo de degradação do outro, onde o sofrimento é a marca principal, segundo o pensamento de Rodrigo da Cunha Pereira. Vai mais longe o autor, ao afirmar que:

O Judiciário é o lugar onde as partes depositam seus restos. O resto do amor e de uma conjugalidade que deixa sempre a sensação de que alguém foi enganado, traído. Como a paixão arrefeceu e o amor obscureceu, o “meu bem” transforma-se em “meus bens”. E aí um longo e tenebroso processo judicial irá dizer quem é o culpado da separação. Enquanto isso, não se separa. O litígio, aliás, é uma forma de não se separar, pois enquanto isso a relação continua. Já que não podem relacionar-se pelo amor, relacionam-se pela relação prazerosa da dor.⁵

É importante lembrar que, no passado, quando o Código Civil de 1916 entrou em vigor, em 1.º de janeiro de 1917, o casamento, em nosso País, era indissolúvel. O que se denominava de “desquite” (ou seja, não quite, alguém em débito para com a sociedade) autorizava a separação judicial dos cônjuges, mas não rompia e nem dissolia o vínculo matrimonial.

5 Ibid., p. 138.

Semelhante situação ocorre no presente, a separação judicial, embora com nova roupagem, foi mantida e põe fim à sociedade conjugal, mantendo ainda íntegro o vínculo matrimonial, de forma que os cônjuges não poderão convolar novas núpcias, **sem atender o prazo previsto em lei para sua conversão em divórcio**. Desse modo, conforme esclarece o professor Eduardo de Oliveira Leite, a separação judicial é, pois, uma medida preparatória da ação do divórcio: pode ocorrer dissolução da sociedade conjugal, sem a dissolução do vínculo matrimonial, mas toda dissolução do vínculo matrimonial acarreta o fim da sociedade conjugal.⁶

Toda separação é **judicial**, isto é, depende da decisão ou da homologação judicial; entretanto, o gênero “judicial” admite duas espécies, a saber:

A - **Separação judicial consensual** (ou, por mútuo consentimento dos cônjuges se forem casados por mais de 1 ano) art. 1.574. Somente é admissível se o casamento perdurar por mais de um ano, manifestada “amigavelmente” pelo casal, a vontade de se separarem perante o juiz. Nesse caso, ato contínuo, a convenção será homologada.

Este artigo e seu “ilegítimo” parágrafo são as únicas regras do novo Código que regulam a separação consensual.

Deve ser ressaltado, neste ponto do trabalho, o sentido interessante e próprio que adquirem as palavras, uma vez compreendidas e incorporadas ao linguagem popular. É o caso, por exemplo, da matéria que ora está sendo apresentada ao leitor, descrita pela jurista Maria Berenice Dias:⁷

Como o desfazimento do vínculo do casamento depende de chancela estatal, a ação que visa à sua desconstituição será sempre judicial. No entanto, convencionou-se reservar o uso da expressão “separação judicial” quando a ação é intentada por um dos cônjuges, na qual necessariamente terá o autor que justificar o pedido, imputando ao outro a “culpa” pela separação. Quando mútua é a vontade das partes e o pedido é formulado de forma conjunta, chama-se de separação amigável ou consensual, ainda que a ação não deixe de ser judicial. Portanto, quando se fala em separação judicial se está a referir à ação proposta por um cônjuge contra o outro. Se o réu anuir ao pedido, ocorre a conversão da separação judicial em separação consensual, ainda que tal não subtraia a juridicidade da demanda.

6 Ob. cit., pp. 138-141.

7 Da Separação e do Divórcio. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coords.). *Direito de família e o novo Código Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 69.

B - Separação judicial litigiosa (ou não-consensual), efetivada por iniciativa da vontade unilateral de qualquer dos consortes ante as causas legais – arts. 1.572 e 1.573, combinados com art. 1.566; destacando-se entre a variada tipologia do processo contencioso, a separação judicial litigiosa, com fundamento na **culpa de um dos cônjuges**.

Luiz Felipe Brasil dos Santos, no belíssimo trabalho, “A Separação Judicial e o Divórcio no novo Código Civil brasileiro”,⁸ apregoa:

A contundente crítica de PONTES DE MIRANDA permite constatar que a adoção do princípio da culpa como fundamento do desquite (e, depois, da separação judicial) constituiu sempre tradicional foco de controvérsia. Já em 1979, o insigne civilista JOÃO BAPTISTA VILLELA insurgia-se veementemente contra a incorporação desse princípio em nosso ordenamento jurídico, afirmando: “Vício seríssimo da lei é o de ainda se estruturar sobre o velho e decadente princípio da culpa. A mais significativa evolução, que se processa hoje no mundo em matéria de divórcio, é o abandono do princípio da culpa (Verschuldensprinzip) em favor do princípio da deterioração factual (Zerruttugsprinzip). De um lado, não cabe ao Estado intervir na intimidade do casal para investigar quem é culpado e quem é inocente nesta ou naquela dificuldade supostamente invencível. Depois, haverá algo mais presunçoso do que se crer capaz de fazê-lo? Dizer quem é culpado e quem não o é, quando se trata de um relacionamento personalíssimo, íntimo e fortemente interativo como é o conjugal, chegaria a ser pedante, se antes disso não fosse sumamente ridículo. Nem os cônjuges, eles próprios, terão muitas vezes a consciência precisa de onde reside a causa de seu malogro, quase sempre envolta na obscuridade que, em maior ou menor grau, impregna todas as relações humanas” (citado por RODRIGO DA CUNHA PEREIRA, in A Sexualidade vista pelos tribunais, 2. ed. Porto Alegre-RS: Síntese, IBDFAM, já./mar., 2002, p. 225).

Observe-se que a eficácia jurídica só ocorre com a decisão ou homologação judicial da separação, que perderá sua eficácia com a reconciliação – **art. 1.577**. A propósito, talvez a única “vantagem” da separação judicial: consensual ou litigiosa é que a condição de separado permite, a todo tempo que as partes restabelecem a sociedade conjugal, por ato regular do juiz, nos mesmos autos

8 In Revista Brasileira de Direito de Família, v. 3, n. 12. Porto Alegre: SÍNTESE, IBDFAM, jan./mar., 2002, p. 148.

do processo original. Tal não ocorre com o casal que se divorcia – pode se reconciliar, de fato. Só haverá reconciliação de direito se voltar a casar novamente com a mesma pessoa.

Com referência às causas da separação litigiosa, a nova legislação retrocedeu, pois, além de ter criado um verdadeiro “**embaralhamento**” nos dispositivos legais, para usar a expressão da jurista Maria Berenice Dias, cometeu verdadeiros equívocos, colocando em choque, por exemplo, os efeitos da sentença da separação (art. 1.575) com as seqüelas da separação judicial (art. 1.576); a necessidade de fazer a partilha de bens na ação de separação judicial (arts. 1.575 e 1.576) e posicionamento contrário, expresso no art. 1.581, todos do Código Civil vigente.

Por fim, as três espécies de separação litigiosa, constantes na Lei do Divórcio permanecem presentes no novo sistema codificado, a saber:

A – **A separação litigiosa como sanção**, ocorre quando um dos cônjuges imputar ao outro qualquer ato que importe grave violação dos deveres conjugais e a insuportabilidade da vida em comum (art. 1.572). Os deveres conjugais são aqueles arrolados no atual art. 1.566. Quanto à insuportabilidade da vida em comum, a determinação é casuística e de ordem subjetiva, cabendo a cada cônjuge alegá-la e comprová-la (art. 1.573. Por outro lado, esclarece Luiz Felipe Brasil Santos⁹, já invocado no presente artigo, que:

Nesse sentido, aliás, foi a proposta (não acolhida, pela Comissão de Redação da Câmara Federa) da Comissão de Acompanhamento do Código Civil, do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, formulada nos seguintes termos: [Grifou-se]

“...o art. 1.573, surpreendentemente – em formulação que lembra o antigo art. 317 (hoje revogado), do CCB – trata de elencar os motivos que ‘podem’ ensejar a ‘impossibilidade da vida em comum’. Trata-se, é certo, de hipóteses meramente exemplificativas (‘podem’), mas de todo desnecessárias, ante a formulação genérica do artigo anterior.

Ademais, para tornar ainda mais patente a incongruência e desnecessidade desse rol de hipóteses, o parágrafo único do art. 1.573, em regra que merece encômios, concede, de forma bastante abrangente, ao juiz a possibilidade de ‘considerar outros fatos, que tornem evidente a impossibilidade da vida em comum’.

Vê-se, assim, que o Projeto não guarda coerência, pois (1) em um primeiro momento, formula hipóteses relativamente abertas

⁹ Ibid., pp. 151-154.

(nos moldes da LD), (2) depois, sem qualquer necessidade, exemplifica motivos específicos e, finalmente, (3) para arrematar, dá total liberdade ao juiz para considerar quaisquer outras causas. Ou seja, primeiro abre uma janela, depois fecha a janela e, por fim, abre todas as janelas e até mesmo a porta!
Impõe-se, pois, uma melhor sistematização, com a adoção de uma regra única, coerente, e que enseje certa liberdade ao juiz para decretar a separação judicial sempre que ficar evidenciada a impossibilidade da manutenção da sociedade conjugal pela insubsistência da affectio conjugalis, com ou sem ocorrência de culpa.

B – **A separação litigiosa como falência**, ocorre quando qualquer dos cônjuges prova a ruptura da vida em comum há mais de 1 (um) ano consecutivo e a impossibilidade de sua reconstituição (art. 1.572, § 1.º).

C – **A separação litigiosa como remédio**, ocorre quando um dos cônjuges está acometido de grave doença mental de cura improvável (art. 1.572, §§ 2.º e 3.º). O prazo a doença para obtenção da separação que, na lei divorcista, era de cinco anos, passa, agora, a ser de dois anos.

Aduz o jurista Eduardo Oliveira Leite:¹⁰

A possibilidade do juiz negar a separação nas hipóteses de separação falência e separação remédio, prevista no art. 6.º da Ldi, quando verificasse que ela poderia constituir causa de agravamento das condições pessoais ou da doença do outro cônjuge ou determinar ... conseqüências morais de excepcional gravidade para os filhos menores, deixa de existir no novo sistema codificado.

2. ESPÉCIES DE DIVÓRCIO, PRAZOS E APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI

A separação e o divórcio são dois institutos com um só fim e, ainda que se trate de institutos distintos, merecem apreciação conjunta, pois ambos são elencados como modalidades que põem fim à sociedade conjugal (inc. III e IV do art. 1.571), mas a identidade entre eles termina aí. Isto ocorre porque o próprio § 1.º deste artigo estabelece a principal distinção entre os dois, ao especificar que somente a morte e o divórcio dissolvem o casamento, ou seja, rompem o vínculo matrimonial.¹¹

Nesse mesmo sentido, destaca a desembargadora Maria Berenice Dias:¹²

¹⁰ Op. Cit., p. 143.

¹¹ Ibid., p. 65.

¹² Ibid., pp. 65-66.

Paradoxalmente, a separação põe termo ao casamento, mas não o dissolve, flagrando-se uma certa incongruência entre tais afirmativas. Dizer que a sociedade conjugal “termina” pelo divórcio e pela separação, mas que o casamento só se “dissolve” pelo divórcio [e pela morte] causa, no mínimo, uma certa perplexidade.

A redação atual do **art. 1.580** do novo Código reafirma as duas hipóteses de divórcio: **indireto ou via conversão** e o **divórcio direto**.

O **divórcio indireto (ou via conversão)** dá-se após o transcurso do lapso temporal de 1 (um) ano, contado como termo inicial, o trânsito em julgado da sentença de separação, ou retroagindo a contagem do prazo à data da concessão da medida cautelar de separação de corpos. No caso de conversão em divórcio da separação judicial, não constará referência à causa que a determinou - § 1.º e pode ser requerido por qualquer das partes.

O **divórcio direto** poderá ser requerido por um ou ambos os cônjuges, no caso de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. - § 2.º.

Se aprovado, o Projeto de Lei N. 5.698/2005 **altera os artigos 1.577 e 1.580 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002** – novo Código Civil brasileiro, que entrou em vigor no dia 11 de janeiro de 2003, tendo cumprido um período de vacância de um ano, após sua publicação, e substituído o Código Civil antigo, elaborado em 1916. Nesse sentido, dispõe a redação dos referidos dispositivos legais:

PROJETO DE LEI N. 5698 DE 2005
(Deputado Ivo José – PT-MG)

Altera os artigos 1577 e 1580 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei institui o divórcio ex officio, quando decorrido o prazo de um ano da decretação da separação judicial sem que qualquer das partes tenha manifestado arrependimento.

Art. 2º. O artigo 1577 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1577. Seja qual for a causa da separação judicial e o modo como esta se faça, é lícito aos cônjuges restabelecer a sociedade conjugal, enquanto não decretado o divórcio.

Parágrafo único. A reconciliação em nada prejudicará o direito de terceiros, adquirido antes e durante o estado de separado, seja qual for o regime de bens. (NR)”

Art. 3º. O artigo 1580 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.580. Decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença que houver decretado a separação judicial, ou da decisão concessiva da medida cautelar de separação de corpos, o juiz, de ofício, converterá a separação em divórcio, se nenhuma das partes alegar arrependimento.

§ 1º. A conversão em divórcio da separação judicial dos cônjuges será decretada por sentença, da qual não constará referência à causa que a determinou.

§ 2º. O divórcio poderá ser requerido, por um ou por ambos os cônjuges, no caso de comprovada separação de fato por mais de dois anos. (NR)”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A “JUSTIFICAÇÃO” DO DEPUTADO IVO JOSÉ PARA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE SUA AUTORIA

De tudo o que foi demonstrado e dito a respeito da análise crítica do Projeto de Lei, o qual recebeu o n.º 5.698/2005, de autoria do Deputado Ivo José (PT – MG) na Câmara dos Deputados, torna-se oportuno conhecer seus comentários, para bem entender-se o porquê de sua finalidade social. A esse respeito, afirma seu autor:

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, grande parte dos casais separados judicialmente, embora não se reconciliem, também não ingressam com a ação de divórcio para extinguir o vínculo conjugal. Tal fato se deve aos elevados custos que representa, para maioria das famílias brasileiras, a necessidade de, via de regra, se submeter a dois processos judiciais para por fim ao casamento.

De fato, a exigência de se entrar com a ação de divórcio após decorrido um ano da decisão que decretou a separação judicial resulta em acréscimos de despesas, prolonga sofrimentos evitáveis e expõe de maneira excessiva a intimidade e a vida privada do casal no espaço público dos Tribunais.

Tendo isso em vista, o presente Projeto de Lei institui o divórcio *ex officio*, quando decorrido o prazo de um ano da decretação da separação judicial sem que qualquer das partes tenha manifestado arrependimento. Acredito que esse procedimento, sem estimular a dissolução do casamento, enxuga o Judiciário, ao evitar que, após um ano da separação seja autuado novo pedido, dessa vez para o divórcio.

Não é nossa intenção, com a presente proposta, incentivar ou apoiar a ruptura de matrimônios. Seguimos firmes apoiando os princípios tradicionais que delinearão essa sagrada instituição.

Feitas essas breves considerações, conclamo meus nobres pares a aprovarem o Projeto de Lei

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado IVO JOSÉ

Considerando que *interpretar* é descobrir o sentido e o alcance da norma jurídica, toda lei está sujeita a interpretação, não apenas as obscuras e ambíguas, conforme é ensinado nas Academias de Direito. Assim e, a princípio, o sentido e o alcance do artigo 1.º, do Projeto de Lei,¹³ objeto do presente trabalho, tem-se que:

Homologado ou decidido por sentença a separação judicial, os autos permanecerão em cartório pelo prazo de 1 (um) ano, aguardando eventual manifestação de arrependimento. Decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença que houver decretado a separação judicial, ou mesmo da decisão concessiva cautelar de separação de corpos, os autos serão conclusos ao juiz, que converterá, **de ofício**, a separação em divórcio.

Apenas a título de esclarecimento, o significado da locução latina *ex officio*, que se traduz “*oficialmente*” ou “*de ofício*” é o ato processual que se pratica por imposição ou determinação legal, ou segundo os termos da lei, quando no desempenho de uma função, sem que se torne necessário pedido ou requerimento das partes interessadas ou contendoras.

Parece não restar dúvida, enfim, em cultura como a nossa, de que grande parte dos casais separados judicialmente, embora não se reconciliem, também não ingressam com a ação de divórcio para extinguir o vínculo conjugal, não regularizando seu estado civil, podendo esse comportamento gerar difíceis problemas para a nova família constituída, principalmente de natureza sucessória.

Nesse quadro, encontram-se principalmente aquelas pessoas que buscam no casamento sua realização pessoal, na situação de família, porque esta é um organismo destinado a promover e garantir a dignidade da pessoa e o pleno desenvolvimento de todas as suas potencialidades, ou seja, *lugar de tutela da vida e da pessoa humana*. Logo, quando a família sente que falhou nesse papel, pondo em risco a dignidade das pessoas e o processo de sua personalização, ensina Antonio Cezar Peluso:¹⁴ “o interesse normativo na conservação do víncu-

13 “Art. 1.º Esta lei institui o divórcio *ex officio*, quando decorrido o prazo de um ano da decretação da separação judicial sem que qualquer das partes tenha manifestado arrependimento”.

14 PELUSO, Antonio Cezar. A culpa na separação e no divórcio (Contribuição para uma Revisão Legislativa). In “Direito de Família e Ciências Humanas”. (Coords. Eliana Riberti Nazareth, Maria Antonieta Pisano Mota). São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000. (Caderno de Estudos: n. 2), p. 49.

lo matrimonial e na coesão da família se desvanece... a separação e o divórcio aparecem, então, como soluções extremas mas necessárias”.¹⁵

Não acredito que este fato se deve aos elevados custos de se submeter a dois processos judiciais para pôr fim ao casamento, mesmo porque a ética profissional do advogado determina que se tome por base a Tabela de Honorários Advocatícios. O que encarece alguns tipos de ações, como uma partilha de grande porte e montante, seja por ato *inter vivos* seja por causa da morte, são os altos recolhimentos de tributos e custas processuais. De resto, para aqueles que não podem realmente pagar o mínimo, há outros meios como, por exemplo, os órgãos assistenciais: a Procuradoria do Estado, a Assistência Judiciária da OAB e outros.

Conforme já afirmado, o processo judicial, seja amigável ou litigioso, geralmente é sustentado em uma situação de desafio, de desamor, de cobrança, de vingança e até de ódio – principalmente. Ora, com a separação judicial definitiva, as pessoas se livram daquele estado de sofrimento que enfrentavam junto a ela e não querem sequer recordar “daquele dia” de degradação e, muitas vezes, culpa, remorso.

Aliás, já foram lembradas alhures, as palavras de Rodrigo da Cunha Pereira sobre o fim do amor. Diz o autor: “Os restos do amor levados ao Judiciário, para que o Juiz sentencie quem é o culpado, acabam transformando-se, muitas vezes, em verdadeira história de degradação da outra parte. Cada cônjuge quer atribuir ao outro a culpa pelo fim do casamento”.¹⁶

Plena de verdade também se encontra a justificação do Deputado, de que os verdadeiros operadores familistas sabem que não devem ocupar o Judiciário para desenvolver longas demandas, com intensa carga de litígio e de ressentimentos, pois a falência conjugal é sempre obra de dois, dentro de uma relação nupcial, em que foi prometida eterna fidelidade etc... A tentativa de conversão dessas ações litigiosas em consensuais é dever do bom profissional.

Finalmente, quanto ao fato de esses procedimentos “incentivarem” mais separações e divórcios, é atitude da ignorância ou de hipocrisia.

A propósito desse mesmo fato, quando da entrada em vigor da Constituição brasileira de 1988, houve temor, a princípio, pois muitos leigos e até mesmo operadores do direito afirmavam que as inovações constitucionais vinham desintegrar a família; que a *união estável*, institucionalizando o concubinato, era um incentivo à promiscuidade, responsabilizando a liberdade dos sujeitos pelo grande número de separações e divórcios. Sem dúvida, a crítica era dirigida, principalmente, ao Direito de Família, que fora elevado ao plano da Lei Maior - entre as normas constitucionais.

15 A culpa na separação e no divórcio (Contribuição para uma Revisão Legislativa). In “Direito de Família e Ciências Humanas”. (Coords. Eliana Riberti Nazareth, Maria Antonieta Pisano Mota). São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000. (Caderno de Estudos: n. 2), p. 4.

16 A culpa no desenlace conjugal. Ob. cit., p. 146.

Na verdade, é cediço que quando os cônjuges chegam a procurar o Poder Judiciário para uma separação judicial ou divórcio é porque o lar já está completamente desestruturado - está desfeito. Daí, a inutilidade e o desgaste, tanto para o casal mas também para o Judiciário de dois procedimentos para manter, juridicamente, durante o breve período de um ano, uma união que não existe mais. A separação judicial não tem mais razão de ser como “estágio probatório” de acesso ao divórcio. Igualmente, a noção de culpa perdeu o significado que lhe atribuiu o legislador civil. Na verdade, as inúmeras causas que levam o casal a pleitear a dissolução da sociedade conjugal ou do vínculo matrimonial estão no sentimento e no coração.

REFERÊNCIAS

- DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). *Direito de família e o novo Código Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, pp. 65-66, 69.
- DIAS, Berenice. Novos tempos, novos termos. In: Boletim IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. Seção: Artigos – n. 24, ano 4, jan./fev., 2004, p. 5.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito Civil brasileiro: direito de família*. 17. ed. De acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, v. 5, 2002.
- FACHIN, Luiz Edson. *Teoria Crítica do Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- _____. Família, direitos e uma nova cidadania. In: *Família e cidadania: o novo CCB e a vacatio legis* – Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família. Coordenação de Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, p. 15-22, 2002.
- FACHIN, Rosana. Em busca da família no novo milênio. In: *Família e cidadania: o novo CCB e a vacatio legis* – Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família. Coordenação de Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, p. 59-69, 2002.
- FARIAS, Cristiano Chaves de. Redesenhando os contornos da dissolução do casamento (Casar e permanecer casado: eis a questão). In: Afeto, ética, família e o novo Código Civil - Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito de Família. Coordenação de Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, p. 105-126, 2004.
- FERREIRA, Jussara Suzi Assis Borges Nasser. Conjugalidade: descasamento, recasamento e fim do amor. In: *A família na travessia do milênio* - Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família. Coordenação de Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, p. 93-104, 2000.
- FIUZA, Ricardo (coord.). *Novo Código Civil comentado*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Direito civil: estudos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 21-31
- LEITE, Eduardo de Oliveira. *Direito civil aplicado: direito de família*, v. 5. São Paulo: RT, 2005, pp. 137, 138-141, 143.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Repersonalização das famílias. In: *Revista brasileira de direito de família*, n. 24. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, jun.-jul., p. 136-156, 2041.

MADALENO, Rolf. A infidelidade e o mito causal da separação. In: *Revista brasileira de direito de família*, n. 11. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, out.-nov.-dez., p. 148-160, 2001.

PELUSO, Antonio Cezar. A culpa na separação e no divórcio (Contribuição para uma revisão legislativa). In: *Direito de Família e Ciências Humanas*. (Coords. Eliana Riberti Nazareth, Maria Antonieta Pisano Mota). Caderno de Estudos n. 2, São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000. (Caderno de Estudos n. 2), pp. 4, 49, 146

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. A culpa no desenlace conjugal. In *Direito de Família e Ciências Humanas*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000, (Cadernos de Estudos: n. 3), pp. 136, 138, 146.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil*: introdução ao direito civil constitucional. Trad. Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

Projeto dispensa nova ação para divórcio após separação. Pauta – 26/9/2005 15h14, *homepage*:<http://intranet.Camara.gov.Br/internet/agencia/comente.asp?pk=75434>, recebida em 3/10/05, 17h45 por e-mail: 'lilian@jcnet.com.Br'.

SANTOS, Luiz Felipe Brasil. A separação judicial e o divórcio no novo Código Civil brasileiro. In: *Revista brasileira de direito de família*, n. 12. Porto Alegre: Síntese, jan./mar., 2002, pp. 148, 151-154.

SILVA, Denise Maria Perissini da. *Psicologia jurídica no processo civil brasileiro*: a interface da psicologia com direito nas questões de família e infância. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

Tramitação. O PL 5698/05 será analisado em caráter conclusivo. *homepage*:<http://intranet.Camara.gov.Br/internet/agencia/comente.asp?pk=49806>, enviada em 3/10/05, 17h36 por e-mail: 'lilian@jcnet.com.Br'.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*: direito de família. 3 ed. Atualizada de acordo com o Novo Código Civil. São Paulo: Atlas, 2002.